

Economia - Brasil A situação monetária e o "pacote"

24 JUN 1983

Quem imagina não ser necessário reduzir o déficit do setor público para dar à economia nacional condições de recuperar-se certamente mudará de opinião, se atentar para os dados que o Banco Central divulgou a respeito da evolução monetária nos cinco primeiros meses deste ano. A divulgação de tais dados destina-se a demonstrar que existe controle monetário, embora não o consiga. Mostra, porém, o peso das operações especiais que pressionam a oferta monetária e, ao mesmo tempo, deixa entrever a medida dos sacrifícios exigidos para contrabalançar os efeitos do desmantelo ocasionado pelo setor público.

Antes de tudo, importa atentar para o crescimento da base monetária, que nos cinco primeiros meses do corrente ano foi de 21,2%, bem maior, portanto, que o de 14,3% registrado no ano passado, no mesmo período. Poder-se-ia alegar que, em compensação, o crescimento da base monetária foi bem menor do que a ascensão da taxa de inflação, que, nestes últimos cinco meses, foi de 49%. Convém notar, todavia, que a

taxa, em si mesma, interessa bem menos do que a tendência manifestada e do que as causas dessa expansão monetária. Sem dúvida, a inflação chegou a ponto tão alto porque a perspectiva da evolução monetária também concorre para elevar os preços. Não obstante, importa dar-se conta de que, sem a intervenção de certos fatores, que de modo algum poderiam ser considerados positivos, o crescimento da base monetária seria ainda muito maior.

O "pacote" visa, entre outras coisas, a reduzir o déficit do setor público, que constitui ponderável fator da pressão sofrida pela base monetária. Nos primeiros cinco meses deste ano, a base monetária, que constitui a moeda primária, na qual se apóia a expansão dos meios de pagamento, sofreu um acréscimo de 470 bilhões de cruzeiros. Poder-se-ia considerar essa ahega relativamente modesta, sobretudo porque se vê que as chamadas "operações especiais por conta do Tesouro Nacional" montaram a 1.140 bilhões de cruzeiros. Tais operações concernem à comercialização do trigo, aos adiantamentos feitos às

empresas estatais que não honraram compromissos com o Exterior, ao déficit da conta do petróleo e à aquisição de produtos agrícolas protegidos por preços mínimos, isto é, ressalvados os preços mínimos, à uma substancial parcela do déficit público (ao qual se deveriam aditar os subsídios dados ao crédito). A este déficit devem acrescentar-se os resgates líquidos (colocação menos amortização) dos títulos da dívida pública interna, que somaram 525 bilhões, destinados apenas a atender ao crescimento da dívida provocado pela correção monetária...

Na verdade, a base monetária cresceu relativamente pouco (muito mais, porém, do que nos anos anteriores) porque foram acionados mecanismos de contenção pouco recomendáveis na atual conjuntura econômica. Percebe-se que, na realidade, as operações relacionadas com o câmbio produziram, na base monetária, efeito constritivo correspondente a 1.179,7 bilhões de cruzeiros, maior, portanto, do que o ônus decorrente das operações especiais. Naquele

item acham-se incluídos os depósitos em dólares existentes no Banco Central, mas, principalmente, os depósitos feitos pelas empresas para pagar uma dívida externa que não será amortizada este ano, além de compras de divisas ao Banco Central, que não efetuou a operação em moeda estrangeira. Nestes dois itens estão incluídos fatores de contenção imediata, que, entretanto, acarretam também grande expansão monetária futura. Sem isso, o crescimento da base monetária teria sido, certamente, comparável ao do déficit público. A contenção, portanto, foi artificial e temporária...

Cabe assinalar, por fim, que nos cinco primeiros meses do ano o superávit de caixa do Tesouro chegou a 869,4 bilhões (435,9 bilhões dos quais foram transferidos para o orçamento monetário). Ora, se tais fundos tivessem sido carreados para investimentos, em lugar de terem servido para tapar os rombos do déficit do setor público, a situação econômica seria, sem dúvida, bem melhor. Reduzir o déficit equivale a criar condições para a recuperação econômica.